

Economistas defendem política de câmbio duplo

SÃO PAULO (O GLOBO) — A renegociação da dívida externa com amplo reescalamento dos débitos junto aos credores (do principal e dos juros), a criação de uma política cambial flexível, adoção da livre negociação salarial e a extinção da aposentadoria por tempo de serviço são as principais propostas contidas no documento divulgado ontem pela Câmara de Estudos e Debates Econômicos (Cedes).

O estudo foi coordenado pelo economista Paulo Rabello de Castro, Editor-Chefe da revista "Conjuntura Econômica," da Fundação Getúlio Vargas, e contou, durante quatro meses, com a participação de diversos empresários e economistas para a sua elaboração. Entre os membros do Cedes estão o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luís Eulálio de Bueno Vidigal, e o Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Renato Ticolat.

Basicamente, o estudo da Cedes afirma que o Brasil, hoje, se encontra diante da maior crise econômica da sua história contemporânea e as tentativas de postergação do processo de ajuste apenas têm servido pa-

ra retardar o processo de estabilização da economia brasileira.

Segundo o estudo, a crise econômica atingiu tais proporções que exigem um "conjunto de medidas corajosas". No plano externo, afirma o documento, a questão do endividamento tem sido encaminhada pelas autoridades econômicas apenas por "soluções precárias", tanto pela falta de articulação de medidas concretas de ajuste interno, quanto pela "total vulnerabilidade do País" junto aos credores externos.

Ao Brasil, continua o estudo, cabe a responsabilidade de ajustar sua política cambial e comercial para poder reduzir o déficit em conta-corrente. Assim, uma política cambial competitiva é fundamental e o documento da Cedes sugere a criação do câmbio "diferencial": uma taxa oficial — a ser desvalorizada por uma cesta de moedas fortes — acoplada ao câmbio livre obtido nas transações com as Letras de Comércio Exterior (LCE), títulos públicos emitidos pelo Banco Central aos exportadores (numa certa proporção da sua receita global) e possíveis de serem comprados por importadores de bens e serviços e remententes de capital.